

**MARGARITA CORREIA**  
**FLUL / ILTEC**  
**Lisboa, Portugal**  
**mcf@iltec.pt**

## **Versão portuguesa *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: um dicionário do português europeu?**

### **1. Introdução**

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (de agora em diante, DH) foi publicado no Brasil em 2001, em versões impressa e CD-ROM, em edição conjunta da Objetiva e do Instituto Antônio Houaiss. Em 2002, começou a ser publicada a versão portuguesa deste dicionário, que conhece já duas edições impressas: a primeira, do Círculo de Leitores (2002-2003), e a segunda, da Temas & Debates (2003).

O trabalho que agora se apresenta constitui a primeira abordagem de uma investigação mais aprofundada, em curso, que visa obter uma percepção mais clara das adaptações efectivamente feitas ao *Dicionário Houaiss* brasileiro para sua publicação em Portugal e determinar até que ponto o resultado final desta adaptação pode ser entendido como um dicionário do português europeu (PE). Nessa investigação pretende-se comparar cerca de meia centena de artigos lexicográficos representativos de entradas de diferentes categorias morfosintáticas e de diferentes letras do alfabeto, presentes nas versões brasileira e portuguesa. Ao realizar esta análise comparativa, procurar-se-á esclarecer a que níveis se processou a adaptação ao PE, lançando alguma luz sobre a forma como neste dicionário é tratada a variação entre PE e português do Brasil (PB). Ao realizar esta análise, obter-se-á, em simultâneo, um conhecimento mais cabal do DH que, por constituir o maior dicionário de língua portuguesa, justifica plenamente todo o estudo que sobre ele possa ser desenvolvido. Esta análise contrastiva proporcionará, também, o ensejo para a discussão de questões mais latas, como sejam a do papel do dicionário geral de língua, a da relação entre o dicionário geral e a sociedade que dele faz uso, a da selecção do vocabulário a descrever num dicionário e, ainda, a da representatividade desse vocabulário relativamente à língua e à variedade que se descreve.

O estudo que agora se enceta pretende, também, (re)lançar uma discussão avisada sobre os produtos lexicográficos portugueses da actualidade e contribuir, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da metalexigrafia em Portugal, disciplina que, até hoje, não tem sido alvo de toda a atenção que merece.

Nesta comunicação, após uma pequena nota de contextualização em que se descreve sumariamente a situação da língua portuguesa relativamente às suas normas ortográficas, proceder-se-á a uma descrição sumária do historial e estrutura do DH, abordando, em paralelo, a sua relevância para a lexicografia de língua portuguesa e para a sociedade portuguesa. Em seguida, apresentar-se-ão os primeiros resultados da análise comparativa em curso. Por falta de espaço, centrar-nos-emos apenas no tratamento dado na versão portuguesa às formas complexas não hifenizadas em PB mas hifenizadas em PE e na discussão sobre a pertinência de manutenção de determinadas entradas na versão portuguesa, a propósito do caso do nome *fone*, abreviação de *telefone*.

### **2. Nota de contextualização**

A língua portuguesa é, a par da língua espanhola, uma das línguas mais faladas no mundo, constituindo língua oficial de oito países: Portugal, Brasil, Angola Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Ao contrário do espanhol, porém, a ortografia da língua portuguesa não é uniforme em todo o espaço lusófono, encontrando-se em vigor duas ortografias oficiais para a mesma língua, a ortografia portuguesa e a ortografia brasileira, isto é, Portugal e Brasil têm ortografias próprias e distintas. Os restantes países do espaço lusófono regem-se pela norma ortográfica portuguesa.

Tendo em conta as dificuldades decorrentes desta situação (por exemplo, no ensino do português como língua estrangeira, na difusão da palavra escrita por todo o espaço lusófono, na coordenação de trabalhos terminológicos de âmbito internacional), surgiram ao longo do século XX diversas tentativas de unificar a ortografia portuguesa. Destas iniciativas, destacam-se:

- a assinatura do Acordo Ortográfico de 1945, entre Portugal e o Brasil, que continua em vigor em Portugal, mas que não foi respeitado pelo Brasil;
- a apresentação, e subsequente discussão, de uma proposta de Acordo Ortográfico, em 1986, proposta que suscitou uma acesa discussão e reacções inflamadas em Portugal;<sup>1</sup>
- a apresentação de uma nova proposta de Acordo Ortográfico, em 1990, acordo que até ao momento não foi ratificado por todos os países de língua oficial portuguesa, pelo que nunca chegou a entrar efectivamente em vigor.

---

\* A minha participação neste congresso foi possível graças ao subsídio de viagem que me foi concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian para esse efeito.

<sup>1</sup> Castro, Ivo, Inês Duarte & Isabel Leiria 1987 apresentam uma visão pormenorizada e crítica da polémica em torno desta proposta de Acordo.

### 3. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – breve apresentação

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* foi publicado em 2001, no Brasil, pela Editora Objetiva e pelo Instituto Antônio Houaiss. De acordo com a informação contida no dicionário, Antônio Houaiss terá encetado o projecto de realização deste dicionário em 1986, actividade que foi interrompida em 1992 por carência de financiamento e retomada em 1997. A obra terá ficado concluída em Dezembro de 2000. No início, ao comprar este dicionário, tinha-se acesso a uma versão em CD-ROM do mesmo, com uma interface extremamente eficiente e amigável; hoje em dia, porém, este CD deixou de ser distribuído.

Note-se que em 1986 se encetava também, nos países de língua oficial portuguesa, a discussão da proposta de um Acordo Ortográfico, que nunca chegou a ser assinado, e que, pela mesma época, se iniciam em Lisboa os trabalhos para a preparação do esperado “Dicionário da Academia”<sup>2</sup>, cuja realização se aguardava desde a criação daquela instituição e que viria a ser o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (de agora em diante, DLPC), publicado em Lisboa, também em 2001. Nunca foi publicada qualquer edição em CD-ROM deste dicionário.

Antônio Houaiss, mentor do projecto do DH, e João Malaca Casteleiro, coordenador do DLPC e responsável pela adaptação do DH à variedade europeia do português, estiveram directamente envolvidos, como seus promotores, na elaboração das propostas de Acordo Ortográfico de 1986 e de 1990/1991, pelo que se compreende que ambos os projectos lexicográficos tenham tido, à partida, como vocação, a normalização (e uniformização) das grafias portuguesa e brasileira. Não será, por isso, descabido supor que a publicação em Portugal do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* estivesse prevista desde o início do projecto.

A versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (de agora em diante DH-Portugal) é, pois publicada inicialmente em 2002-2003, em seis volumes, pelo Círculo de Leitores, e em 2003, em três volumes, pela editora Temas & Debates. Nunca foi publicada nenhuma versão em CD-ROM do DH-Portugal.<sup>3</sup>

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é não só, já o referimos, o mais extenso dicionário da língua portuguesa, como também é aquele que se propõe objectivos mais ambiciosos. O DH foi erigido, na sociedade portuguesa, como o “modelo de produto lexicográfico a atingir”, sobretudo por comparação com o DLPC, cuja publicação tantas reacções negativas suscitou. Porém, em Portugal, a aceitação generalizada do DH e o crédito quase incondicional que lhe foi atribuído pelo público não foram acompanhados de uma análise, fundamentada em princípios da lexicografia contemporânea, das diversíssimas facetas que este dicionário necessariamente possui. Com o trabalho agora em curso pretendemos contribuir para colmatar esta lacuna.

### 4. A versão portuguesa do DH

Ao nível da organização da microestrutura, ambas as versões do dicionário são idênticas. Já do ponto de vista da macroestrutura,<sup>4</sup> as duas versões possuem em comum as seguintes partes:

- a) Uma nota biográfica, de uma página, de *Antônio Houaiss*;
- b) Uma página de epígrafes, contendo citações de Garcia d’Orta, Horácio, Ludwig Wittgenstein e Vergílio Ferreira;
- c) Uma página de menção aos apoios financeiros recebidos (naturalmente diferente nas duas versões);
- d) Uma página de dedicatória e agradecimentos (na versão portuguesa são acrescentados dois parágrafos, com referência a personalidades portuguesas);
- e) A constituição da *Equipa editorial* (sendo a portuguesa necessariamente diferente);
- f) Um *Prefácio*, de Antônio Houaiss, com uma página;
- g) Uma *Apresentação*, de Mauro de Salles Villar, também com uma página;
- h) A *Chave do dicionário*, uma ilustração das convenções e formas de representação da informação, em duas páginas, que será desenvolvida no
  - i) *Detalhamento dos verbetes e outras informações técnicas*, que se estende por 26 páginas;
  - j) Informação sobre a flexão dos *Verbos* portugueses, que se estende por 16 páginas;
  - k) Seis páginas de uma *Lista geral de reduções*, contendo abreviaturas, siglas e outras convenções usadas no interior do dicionário;
  - l) Uma *Bibliografia das fontes de datação e etimologia* (18 páginas).

Não foi possível comparar exaustivamente as nomenclaturas de ambas as versões do dicionário, embora numa e noutra, no texto de Mauro Salles Villar, possa ler-se que: «Do trabalho geral resultou uma obra de cerca de

<sup>2</sup> Referimo-nos à Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1793.

<sup>3</sup> O Círculo de Leitores funciona como um clube, com sócios que adquirem as obras publicadas, por encomenda. Durante o período de publicação, cerca de ano e meio, os sócios que o subscreveram receberam os volumes do DH-Portugal cada três meses. A edição que se encontra à venda nas livrarias e, portanto, disponível ao público em geral, é a edição da Temas & Debates. Ambas as edições apresentam não só um volume e um peso excessivos, o que dificulta o seu manuseamento, mas também um preço escandalosamente elevado, o que torna ainda mais justificável a edição digital da obra.

Neste trabalho foi usada a edição do Círculo de Leitores.

<sup>4</sup> Entende-se nomenclatura como o conjunto das partes constituintes do dicionário (prefácio, introdução, textos explicativos, apêndices), incluindo a nomenclatura (lista dos lemas descritos).

228.500 unidades léxicas que não privilegia determinada faixa cronológica e geográfica da língua»,<sup>5</sup> o que leva a presumir que não haja diferenças significativas entre ambas as nomenclaturas.

Além disso, tirando as diferenças que foram sendo mencionadas ao longo da enumeração anterior, as partes referidas são substancialmente semelhantes em ambas as versões do dicionário.

Na ficha técnica da primeira (e até hoje única) edição do dicionário brasileiro, pode ler-se a seguinte nota: «Este dicionário será publicado em Portugal, na norma portuguesa da língua, com o apoio e o patrocínio da Academia das Ciências de Lisboa.» Esta nota deixa antever que a edição portuguesa do dicionário mais não será do que o resultado de uma mera adaptação ortográfica da sua versão original. Ora, sendo as normas linguísticas portuguesas e brasileira diferentes a inúmeros níveis, para além do da representação ortográfica (fonológico, lexical, sintáctico, semântico, pragmático), é natural que as unidades lexicais exibam, além de formas ortográficas distintas, outras características distintas, como sejam significado(s), capacidade denominativa, distribuição, uso(s), combinatórias, etc.

Mas, se a nota anteriormente citada pode suscitar dúvidas e inquietações ao consulente português do dicionário brasileiro, ao atentarmos na versão portuguesa do dicionário, constatamos que esta contém uma *Introdução à versão portuguesa*, de João Malaca Casteleiro, que se ocupa, precisamente, das adaptações que foram introduzidas à versão original para a publicação do dicionário em Portugal.

Neste texto (pp. XVI a XXIII do primeiro volume), Casteleiro expõe os diferentes níveis a que se processou a adaptação da versão brasileira do DH para a sua versão portuguesa e que foram, para além da adaptação ortográfica, os seguintes:

- a) adaptação ortoépica ou fonética – embora o dicionário não contenha transcrição fonética, apresenta, por vezes, indicação, a seguir ao lema, sobre a realização de algum segmento (vocálico ou consonântico) problemático – exs.: *camiseta /ê/* ou *camisete /é/*;
- b) homonímia e paronímia – dado que o dicionário contém, no interior do artigo, referência a formas homónimas e parónimas do lema, a adaptação fonética e ortográfica da variedade de PB para a variedade de PE provoca alterações a estes níveis;
- c) adaptação sintáctica – ao nível da descrição dos usos das unidades e ao nível do próprio texto da definição;
- d) adaptação lexical – dando conta do modo como a variação lexical entre PB e PE foi tratada;
- e) adaptação morfológica – por exemplo, em palavras derivadas, é frequente que em PB seja construída uma palavra com recurso a um sufixo diferente daquele que vamos encontrar em PE (cf. *bolsista* (PB) / *bolseiro* (PE)).

Além da descrição das adaptações anteriormente enunciadas, Casteleiro dá conta de alterações que foi necessário efectuar, relativas à informação gramatical (Portugal e Brasil têm tradições de descrição e nomenclatura gramaticais distintas), à nomenclatura do dicionário (decorrentes das adaptações realizadas), à organização dos artigos, às referências a obras lexicográficas e a legislação.

Ficamos, então, a saber que praticamente todas as vertentes da variação entre PB e PE que afectam a descrição das unidades lexicais foram tidas em conta na produção da versão portuguesa do DH. Resta verificar, no entanto, se as intenções enunciadas foram efectivamente postas em prática na execução de trabalho (o que só poderá verificar-se por uma análise contrastiva do tipo da que nos encontramos a efectuar) e se o resultado final do trabalho, o DH-Portugal, pode (ou não) considerar-se representativo da variedade europeia do português.

## 5. O DH-Portugal e a representatividade da norma europeia do português

Nos pontos que se seguem, com base na análise de alguns aspectos particulares, procuraremos indagar até que ponto o DH-Portugal pode ser entendido como representativo da norma lexical portuguesa. Para isso, e por falta de espaço para mais, abordaremos a questão do uso do hífen (5.1.) e o tratamento dado a unidades que, sendo frequentes em PB, não ocorrem em PE (5.2.).

### 5.1. A adaptação (ou não) das entradas não hifenizadas em PB

Logo no item dedicado à adaptação ortográfica, Casteleiro surpreende-nos quando, ao falar do tratamento dado às locuções *versus* entradas hifenizadas (p. XVII), afirma o seguinte:

«Em algumas locuções que se comportam praticamente como palavras compostas, existe oscilação no que respeita a grafá-las ou não com hífen, como, por exemplo, em *fim de semana/fim-de-semana*, *fogo de artifício/fogo-de-artifício*, *fato de treino/fato-de-treino*.

Neste caso, e apesar de, por exemplo, no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa haver o registo de tais formas com hífen e com entrada própria, foi mantido o registo sem hífen da versão brasileira. Apenas exceptuámos aqueles casos que apresentam em Portugal uma longa

<sup>5</sup> Não trataremos agora, por falta de espaço para tal, de esclarecer o que se entende neste contexto por «unidades léxicas». Não podemos, porém, deixar de lançar a questão: Estará o autor a referir-se aos lemas, às entradas dos verbetes? Mas, no interior do dicionário surgem como lemas inúmeros elementos que não podem considerar-se unidades léxicas, tais como prefixos, sufixos, radicais de tipos diversos, elementos de composição, etc. (cf. Biderman 2004 para a discussão deste e de outros aspectos relacionados com este dicionário).

tradição de grafia com hífen, como é o caso de *caminho-de-ferro*, para o qual abrimos entrada lexical própria na versão portuguesa do Dicionário Houaiss.

Neste caso e em outros casos afins foi mantida a entrada hifenizada, com a indicação de que também se escreve sem hífen (ou hífenes), como é o caso de *chá-de-dentro*, *senal-da-cruz* ou *comum-de-dois*.»

Todos estamos conscientes do papel normativo (ou de referência) que os dicionários gerais de língua desempenham em qualquer sociedade: vai-se ao dicionário verificar se tal palavra “existe”, como se escreve, o que quer dizer e, por vezes, com que outras palavras e em que contextos deve usar-se.

É sabido que uma das principais dúvidas que assaltam o utilizador consciente da língua portuguesa é relativa à ortografia das palavras e particularmente ao uso do hífen em expressões polillexemáticas.<sup>6</sup> Tal acontece, precisamente, porque o uso do hífen nestas expressões, pelo menos em PE, é bastante arbitrário, como tem ficado demonstrado em trabalhos recentes.<sup>7</sup> Ora, não pode deixar de se estranhar que este dicionário geral de língua, que é o maior de que a variedade europeia da língua portuguesa dispõe, tenha decidido manter o registo de determinadas unidades seguindo a prática brasileira de não as hifenizar, e não a prática portuguesa de as escrever com hífen (ou hífenes). Mais se estranha não haver no texto qualquer justificação para tão insólita atitude.

Sem querer discutir o que são exactamente «loquções que se comportam praticamente como palavras compostas», ou, ainda, como foram, na prática, seleccionados «aqueles casos que apresentam em Portugal uma longa tradição de grafia com hífen, como é o caso de *caminho-de-ferro*», não podemos deixar de considerar que uma das (mais usuais) funções do dicionário – a função de verificação ortográfica – fica, desde logo, comprometida com esta opção, que é tanto mais estranha quanto Casteleiro foi não só coordenador da versão portuguesa do Houaiss, mas também coordenador do DLPC, publicado em 2001 e uma referência no panorama lexicográfico português (até por se tratar do “dicionário da Academia”), cujas propostas ortográficas são desconsideradas pelo seu próprio coordenador, de acordo com as suas próprias palavras.

## 5.2. “Fone” mereceria uma entrada própria em DH-Portugal?

No que respeita às alterações à nomenclatura em DH-Portugal, refere Casteleiro (p. XXI):

«Na elaboração da versão portuguesa do dicionário, houve necessidade de introduzir alterações à nomenclatura, especialmente para inserção de novas entradas referentes a realidades portuguesas, variantes terminológicas preferenciais ou relevantes na norma europeia ou formas cujo uso, pelo menos na norma europeia, tenha justificado tal registo.»

Nenhuma referência é feita no texto à eliminação de entradas com frequência muito reduzida (ou mesmo nula), o que nos permite presumir que tal não aconteceu em nenhum momento da adaptação e que, portanto, esta teve apenas uma faceta aditiva de entradas e nunca subtractiva, opção que é discutível, como procuraremos demonstrar adiante. Do mesmo modo que em relação ao uso do hífen nas unidades polillexemáticas, também aqui não encontramos no texto qualquer justificação para esta opção.

Recebendo os telefones celulares designações diferentes de ambos os lados do Atlântico (*telefone celular* ou simplesmente *celular*, no Brasil, e *telemóvel*, em Portugal)<sup>8</sup> e tratando-se de uma realidade relativamente recente nas nossas sociedades, começámos por analisar o tratamento dado às entradas *celular*, *telefone* e *telemóvel* em ambas as versões do dicionário. Não podendo proceder, por falta de espaço, a uma descrição pormenorizada do tratamento que estas entradas merecem no dicionário, poderemos resumir os dados encontrados do seguinte modo:

- na versão brasileira, a definição relativa ao conceito de telefone celular ou telemóvel surge dentro do artigo referente a *telefone*, debaixo da subentrada *telefone celular*; a entrada <sup>2</sup>*celular*, a do nome, é apresentada como redução de *telefone celular* e não apresenta definição. Nem *telefone celular*, nem <sup>2</sup>*celular* aparecem marcadas como brasileirismos (B); na versão portuguesa, *telefone celular* e <sup>2</sup>*celular* aparecem marcadas como brasileirismos e *telemóvel*, como lusismo (P);<sup>9</sup>
- nas versões portuguesa e brasileira encontramos, como subentrada de *telefone*, a expressão *telefone impedido*, com marca de lusismo, inserção que não podemos deixar de estranhar: uma pesquisa no corpus CETEMPúblico<sup>10</sup> permitiu-nos constatar que a sequência *telefone impedido* ocorre apenas duas vezes<sup>11</sup> (contra 6831 ocorrências da forma *telefone*), pelo que se torna incompreensível não apenas o

<sup>6</sup> A análise das perguntas submetidas ao Ciberdúvidas da Língua Portuguesa (<http://ciberduvidas.sapo.pt>) entre 1997 e 2004, realizada no âmbito do projecto *PorLinha – Aprender Português em Linha* (projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência PLUS/LIN/50295/2003), permitiu concluir que as áreas mais visadas são, precisamente o léxico (com 23% das perguntas realizadas) e a ortografia (com cerca de 12% de perguntas). Verificou-se, ainda, que, dentro das questões relativas à ortografia, a mais recorrente tem a ver, precisamente, com o uso do hífen em compostos sintagmáticos e outras expressões polillexemáticas.

<sup>7</sup> Refiram-se os trabalhos de Gomes (2006) e Veríssimo (em preparação).

<sup>8</sup> Apesar da sua «vocalização lusófona» (de acordo com as palavras de Salles Villar, p. xv da versão portuguesa), a consulta deste dicionário não nos permite saber como é denominada esta entidade nos restantes países de língua oficial portuguesa.

<sup>9</sup> *Lusismo* é o termo usado por Casteleiro no texto que temos vindo a referir. Na análise que levámos a cabo até agora, pudemos constatar que a atribuição de marcas regionais parece ser mais sistemática e verosímil na versão portuguesa do que na versão brasileira do DH.

<sup>10</sup> O corpus CETEMPúblico é um corpus de texto jornalístico e encontra-se disponível em linha, gratuitamente, no endereço <http://acdc.linguatca.pt/cetempublico/>

<sup>11</sup> Os contextos encontrados foram:

seu registo na versão brasileira como lusismo, mas ainda mais incompreensível a sua manutenção em DH-Portugal;<sup>12</sup>

- c) na versão brasileira do Houaiss, na primeira aceção de *telefone*, encontramos uma remissão para a entrada *fone*, forma reduzida de *telefone* e seu sinónimo nesta aceção, que é alvo de um longo artigo (contendo três aceções e três subentradas). Este facto justificar-se-á, certamente, em relação à variedade brasileira do português (e eu não sou certamente competente para o avaliar), mas é de todo incompreensível que o DH-Portugal apresente um artigo praticamente da mesma dimensão que o da versão brasileira, mesmo marcando todas as aceções e todas as subentradas como brasileirismos, quando a forma *fone*, abreviação de *telefone* ou no sentido de 'auscultador', tem certamente uma frequência mínima (para não dizer nula) na variedade europeia do português.<sup>13</sup>

Consideramos, portanto, que a subtracção desta entrada à nomenclatura do dicionário se justificaria plenamente, ou, pelo menos, a redução da dimensão do artigo em causa, por exemplo, através do recurso a remissões.

## 6. O DH-Portugal é um dicionário do português europeu?

É hoje aceite entre os estudiosos do léxico que, não sendo este uma entidade passível de ser descrita na sua totalidade, a descrição levada a cabo por um dicionário pode sê-lo apenas de um determinado vocabulário, específico de determinada faixa cronológica e/ou geográfica da língua. A selecção desse vocabulário será feita com base na pesquisa em *corpus/corpora* textual(ais) representativo(s) dos usos da língua na faixa cronológica e/ou geográfica definida. Apenas assim pode ser não apenas assegurada a coerência interna da representação lexical proposta, mas também garantido que um determinado dicionário é representativo do léxico de determinada língua, em determinada(s) época(s), em determinada(s) região(ões).

Pretender, pois, ter realizado um dicionário «que não privilegia determinada faixa cronológica e geográfica da língua», como pretende Mauro de Salles Villar, na sua *Apresentação* do DH, parece-nos tarefa demasiado ambiciosa para ser concretizável. Acrescentar a esse desiderato o de realizar um dicionário de «vocação lusófona» ainda torna o objectivo definido mais inalcançável.

Centrando, agora, a nossa atenção na versão portuguesa do DH, importa salientar que nada sabemos em relação ao *corpus* que fundamentou a adaptação da obra original à norma europeia do português, pelo que apenas poderemos aferir da representatividade do léxico da norma europeia desta língua através da análise, tão exaustiva quanto possível, do conteúdo do DH-Portugal.

Ainda que os resultados apresentados neste trabalho sejam limitados, porque a investigação se encontra numa fase embrionária, eles apontam, no entanto, no sentido de que o DH-Portugal não pode considerar-se um dicionário representativo da variedade europeia do português. O respeito (voluntário? devido? imposto?) pelo conteúdo da obra original, plasmado, como vimos a título de exemplo, na manutenção de grafias que não são consentâneas com a norma portuguesa e na manutenção de unidades que não fazem parte do PE, parecem condenar este dicionário a constituir-se como uma obra híbrida, mal delimitada, que já não representa nem particularmente o PB, mas que também não representa cabalmente o PE.

## 7. Referências

- Academia das Ciências de Lisboa 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 2 vols. Lisboa: Verbo.
- Castro, Ivo, Inês Duarte & Isabel Leiria 1987. *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Biderman, M. Tereza Camargo 2004. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. In: Isquendo, Aparecida N. & M. da Graça KRIEGER (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Vol. II. Campo Grande (MS): Editora da UFMS, 185-200.
- Gomes, M. Manuela do Souto Pereira e 2006. *Os nomes compostos nos dicionários portugueses – O hífen e a variação gráfica*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho (inédita).
- Houaiss, Antônio & Mauro de Salles Villar (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1 vol. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Houaiss, Antônio & Mauro de Salles Villar (2002-2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 6 vols. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Veríssimo, Tânia M. dos Santos (em preparação). *A grafia dos compostos em português europeu – Contributos para uma normalização ortográfica*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

---

«Ext 1183805 (com, 98a): Já passaram dias a ligar para um telefone impedido e horas em fila de espera?»

«Ext 1239927 (clt-soc, 95b): Explicar à família e aos amigos porque é que se tem o telefone impedido por 48 horas pode ser bem mais problemático do que simplesmente chegar à loja e comprar o CD...».

<sup>12</sup> De resto, um dos reparos que Biderman (2004) faz quer ao Aurélio, quer ao Houaiss, é precisamente a falta de coerência e de sustentação teórica no tratamento de unidades complexas.

<sup>13</sup> Uma breve consulta ao CETEMPúblico mostra que a forma *fone* não tem uma única ocorrência neste *corpus*.